



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

CONTRATO Nº 052 /2009-MP-PA

CONTRATO DE OBRA PÚBLICA QUE ENTRE SI
FAZEM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO
PARÁ E A EMPRESA J M CONSTRUTORA E
INCORPORADORA LTDA.

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, com sede à Rua. João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, CEP: 66.015160, Belém-Pa, inscrito no CGC/MF sob o nº 05.054.960/0001-58, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Exmº Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. **GERALDO DE MENDONÇA ROCHA**, brasileiro, casado, portador do CIC/MF nº 055.383.782-68 e da Cédula de Identidade nº 060-MP/PA, residente e domiciliado em Belém e a Empresa **J M CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.087.693/0001-03, com sede nesta Cidade, à Avenida Senador Lemos, nº 443, Edifício Village Executive, sala 1106, no bairro do Umarizal, CEP 66050-000, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **JONES MENDONÇA MORAES**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador do CIC/MF nº 568.181.812-87 e CI nº 2354120 SSP/PA, residente e domiciliado nesta cidade, tendo em vista a homologação do resultado do **Pregão nº 009/2009-MP/PA** e os preços registrado na **Ata de Registro de Preços nº. 010/2009-MP/PA**, têm, entre si, justas e contratados, o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO JURÍDICO

Este contrato decorre da **Ata de Registro de Preços nº 010/2009-MP/PA** realizada através do **Pregão nº 009/2009-MP/PA**, por empreitada por preço global, no regime de execução indireta, no tipo menor preço, a qual está vinculada ao **Processo nº 549/2009-SGJ-TA (Protocolo nº 3176/2009)**, e tem como fundamento a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Estadual nº 6.474, de 06 de agosto de 2002; subsidiariamente pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto Estadual nº 0199, de 09 de junho de 2003, Decreto Estadual nº 1.093, de 29 de junho de 2004 e Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) demais regras do Direito Público e Privado aplicáveis à matéria que o subsidiarem.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto os serviços de manutenção e reforma dos imóveis do Ministério Público localizados nas seguintes Regiões Administrativas: **Belém I, Belém II, Nordeste I e Nordeste II (Lote I)**, conforme planilha de quantitativos e preços e especificações em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRAS

Constitui obrigação da **CONTRATADA** o serviço mencionado na Cláusula Segunda, em rigorosa obediência aos Projetos e Planilhas integrantes do **Pregão nº 009/2009-MP/PA**, recomendações fornecidas pelo **Contratante**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DOCUMENTOS

São partes integrantes do presente Contrato os seguintes documentos.

- Pregão nº 009/2009-MP/PA;
- Ata de Registro de Preços nº 010/2009-MP/PA**.
- Proposta da **Contratada**, devidamente assinada e rubricada;
- Especificações e Planilha de Quantitativos e Preços dos serviços, recomendações fornecidas pelo **Contratante**,

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

5.1. O Valor Global do presente Contrato será de **R\$ 12.866,95 (doze mil oitocentos e sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos)**, vinculados aos valores unitários consignados na Ata de Registro de Preços e na Planilha em anexo.

5.1.1. O valor desta Cláusula poderá sofrer alterações, em virtude de acréscimo ou supressões de serviços, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) para os serviços de manutenção, e de 50% (cinquenta por cento) de acréscimo e 25% (vinte e cinco por cento) de supressão para os serviços de reforma, conforme artigo 65 e §1º, da Lei 8.666/93, salvo exceção prevista no §2º do art. 65.



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

CLÁUSULA SEXTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

Os recursos financeiros para atender as despesas decorrentes desta licitação estão previstos na dotação orçamentária, sob a seguinte classificação funcional programática:

- Atividade: 12101.03.122.1237.4507 – Melhoramentos de Unidades do Ministério Público.
- Elemento de Despesa: 4490.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- Fonte: 01 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIMENTO DE EXECUÇÃO

7.1. As medições dos serviços contratados deverão ocorrer: a primeira em 15 (quinze) dias após o seu início e assim sucessivamente até o término dos serviços, conforme cronograma físico-financeiro a ser fornecido pela **Contratada**, nos termos do art.7, §1º da Lei nº. 8.666/93.

7.2. A **Contratada** ofertará ao **Contratante** lista de fornecedores com quem manterá contrato de fornecimento ou compras para as obras.

7.3. A **Contratada** deverá efetuar a medição dos serviços executados e entregar a **Contratante**, que terá o prazo máximo de **05 (cinco) dias** para confirmar o aceite e processar a mesma.

7.4. No caso de não aceitação da medição realizada, a **Contratante** devolverá à **Contratada** para retificação, devendo emitir nova medição no prazo de **03 (três) dias**. A **Contratada** terá o prazo de **03 (três) dias** para confirmar ou não o aceite.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos serão efetuados pelo **Contratante**, mediante depósitos a serem efetuados na conta corrente da **Contratada**, junto ao **Banco do Brasil, Agência nº 3074-0, Conta-corrente nº. 30033-0**, até o 5º (quinto) dia útil, salvo atraso na liberação de recursos pela Secretaria Executiva de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF, após a comunicação do valor aprovado pelo Departamento de Obras e Manutenção do **Contratante** e a vista de sua respectiva documentação fiscal, constantes no item 8.3 do presente, relativo a compras, fornecimento de materiais e equipamentos, bens necessários à execução das obras e após o visto de aprovação da autoridade superior.

8.2. As faturas serão apresentadas a cada 15 (quinze) dias com valores decorrentes de medições de 15 (quinze) dias e compatíveis com o cronograma físico-financeiro aprovado pelo **Contratante** e deverão ser protocoladas, acompanhadas com os seguintes documentos:

- a) Ofício solicitando pagamento;
- b) Nota fiscal (fatura);
- c) Resumo de medição;
- d) Recibo;

8.3. O pagamento da última fatura ficará condicionado à entrega dos originais do Cadastro Geral das Obras ("as built") e memorando de aprovação das mesmas.

8.3.1. Deverão ser enviadas mais 02 (duas) cópias dos documentos citados no item anterior à fiscalização, sem protocolo.

8.4. Qualquer pagamento só será efetivado, mediante reconhecimento "in loco" pela Comissão Fiscalizadora, de legitimidade dos créditos requeridos, vedados pagamentos antecipados.

8.5. Na Nota Fiscal (fatura), deverá vir discriminada o valor da mão de obra e de Material, para efeito da retenção do valor do INSS, na forma da Ordem de Serviço nº. 203 de 29.01.99 - DOU-02-02-99.

CLÁUSULA NONA – DOS PRAZOS

A obra ora contratada será executada no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, conforme previsto no item 13.1 do edital, iniciando-se no primeiro dia útil seguinte a assinatura deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRORROGAÇÃO

A prorrogação do Contrato só ocorrerá, mediante rigorosa necessidade, nos termos do interesse e conveniência administrativa, vinculando-se ao que expressa o art. 57, I e §1º da Lei nº. 8.666/93, no que couber.



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO

O preço será irremediável no prazo da vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. Sem que a isto limite sua responsabilidade, será o **Contratante** responsável pelos seguintes itens:

12.1.1. Prestar à **Contratada** todos os esclarecimentos necessários à execução da obra.

12.1.2. Elaborar as planilhas de apontamento de obras, para fins de processamento dos serviços executados, bem como efetuar os pagamentos devidos nos prazos determinados, após medição do Departamento de Obras e Manutenção da **Contratante** devidamente aprovado pela Autoridade competente.

12.1.3. Indicar o responsável pela fiscalização e acompanhamento dos serviços, que deverá proceder rigorosa fiscalização da execução da obra, devendo anotar em livro de ocorrências, as irregularidades porventura havidas, dando conhecimento formal por relatório, à autoridade superior, sob pena de responsabilidade do agente fiscalizador.

12.1.4. O **Contratante** deverá notificar formalmente a **Contratada**, pela ocorrência de irregularidades que a fiscalização identificar na execução da obra, até para que possa a empresa proceder reparos, a menos que o livro de ocorrência esteja na obra.

12.1.5. A **Contratada** deverá efetuar a medição dos serviços executados e entregar a **Contratante**, que terá o prazo máximo de **05 (cinco) dias** para confirmar o aceite e processar a mesma.

12.1.6. No caso de não aceitação da medição realizada, a **Contratante** devolverá à **Contratada** para retificação, devendo emitir nova medição no prazo de **03 (três) dias**. A **Contratada** terá o prazo de **03 (três) dias** para confirmar ou não o aceite.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar a obra de acordo com as especificações determinadas no **Pregão nº 009/2009-MP/PA**, bem como aos anexos que se vinculam a este Instrumento.

13.2. Manter, na direção da obra, profissional legalmente habilitado pelo CREA, que será seu preposto, vinculando-se às condições de habilitação.

13.3. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, objeto deste contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato, no prazo determinado.

13.4. Conduzir os serviços em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de Segurança, Higiene e Disciplina.

13.5. Manter no local dos serviços o Livro de Ocorrências e, para uso exclusivo da Administração, um jogo completo de todos os documentos técnicos, notificando formalmente a **Contratada**, das irregularidades ou ilegalidades cometidas pelo mesmo, após anotação regular no livro de Registro de Ocorrências.

13.6. Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com estabelecido no Contrato, e os que apresentarem defeitos de material ou vício de construção, de acordo com a legislação aplicada.

13.7. Cumprir todas as solicitações e exigências feitas pela Administração no Livro de Ocorrências, independente de cominações legais.

13.8. A **Contratada** é responsável pela guarda e manutenção da obra, equipamentos e materiais até o recebimento provisório das mesmas.

13.9. A **Contratada** deverá manter, durante a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Outrossim deverá a **Contratada** manter sua capacidade econômico-financeiro compatível com as obrigações assumidas.

13.10. Os materiais a serem fornecidos serão os previstos nas especificações, anexas ao instrumento convocatório.

13.11. Todos os materiais empregados na obra serão novos e comprovadamente de primeira qualidade. O construtor só poderá usar qualquer material depois de submetê-lo à aprovação do Fiscal, a qual caberá impugnar o seu emprego quando em desacordo com as normas aqui estabelecidas.



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

13.12. As amostras dos materiais, depois de convenientemente aprovadas pelo Fiscal, à vista do construtor, serão cuidadosamente conservadas no canteiro da obra até o fim dos trabalhos, de forma a facilitar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência aos materiais empregados.

13.13. Tomar providências junto às concessionárias de energia elétrica, saneamento e telecomunicações para ligações definitivas, no que couber.

13.14. Arcar com todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrente da execução dos serviços objeto desta licitação, inclusive as resultantes de rescisão contratual consoante o art. 71 e seu parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93.

13.15 - Apresentar a relação dos fornecedores e empresas que fornecerem, durante o Contrato, material, equipamentos e bens necessários à execução da Obra.

13.16. Comunicar ao **Contratante** quaisquer eventos que possam comprometer a execução do Contrato, tais como: Decretação de Falência, débitos previdenciários, de FGTS e Sociais e outras situações, que afetem a estabilidade econômico-financeira da Empresa, com repercussões no Contrato.

13.17. Responder civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa no cumprimento do Contrato, venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à Administração ou terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

14.1. A fiscalização da obra, desde o início dos trabalhos até seu recebimento definitivo, atuará no interesse exclusivo do **Contratante**, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da **Contratada**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.

14.2. Concluída a obra no prazo estabelecido na Cláusula Nona, se a mesma estiver em perfeita condição, atestada pela Fiscalização, deverá ser entregue pela **Contratada** e recebida provisoriamente pelo **Contratante**, mediante **Termo de Recebimento Provisório**, com prazo de validade de 90 (noventa) dias. Durante esse período, a **Contratada** ficará responsabilizada a manter o perfeito funcionamento das instalações resultantes das obras por ela executadas. Qualquer falha construtiva ou de funcionamento deverá ser prontamente reparada pela **Contratada**, estando sujeita ainda às penalidades indicadas no contrato.

14.3. A responsabilidade da **Contratada** pela qualidade, correção e segurança dos trabalhos subsistirá, na forma da lei vigente, mesmo após o recebimento definitivo da obra licitada, nos termos dos arts. 69 e 70 e §2º do art. 73 da Lei nº 8.666/93

14.4. Desde o recebimento provisório, o **Contratante** entrará na posse plena do imóvel, o que será levado em consideração por ocasião do recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1. A recusa injustificada do adjudicatário em não assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido no item 11.1 do Edital caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeito às penalidades estabelecidas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, garantida a prévia defesa.

15.2. Pelo atraso injustificado no início da obra, no andamento previsto no cronograma e na conclusão da mesma, a **Contratada** ficará sujeita às penalidades previstas no *caput* do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) **Advertência**, para as hipóteses de recusa ao cumprimento de quaisquer das Cláusulas Contratuais;

b) Pelo atraso na conclusão da Obra, causada pela **Contratada**, esta estará sujeita à aplicação de multa, conforme especificado a seguir:

- multa diária de 0,5% (meio por cento), sobre o valor da obrigação, para a hipótese de atraso não superior a 07 (sete) dias;

- multa diária de 1% (um por cento), sobre o valor da obrigação, para a hipótese de atraso superior a 07 (sete) dias, até o limite máximo de 30% (trinta) por cento do valor da obrigação.

c) Multa de 5% (cinco por cento), do preço global do contrato, quando ocasionar a rescisão do mesmo;

15.3. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

15.3.1. O valor da multa aplicada será descontada de qualquer crédito existente a favor da contratada ou mediante depósito na conta do Ministério Público a ser informada posteriormente.



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

15.4. Pelo não cumprimento de Cláusula Contratual que interfira no andamento normal da obra, atrasando a sua conclusão e trazendo prejuízos econômicos e funcionais a este Órgão, aplicar-se-á a penalidade administrativa de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Ministério Público do Estado, pelo período de até 02 (dois) anos.

15.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos seguintes casos:

- a) inexecução total ou parcial de forma dolosa;
- b) pelo fornecimento de material desconforme com o especificado e aceito;
- c) pela não substituição, no prazo estipulado, do serviço e/ou material recusado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO;
- d) pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

16.1. Observado o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93, o presente Contrato poderá ser alterado mediante justificativa nos seguintes casos:

- a) unilateralmente, pela Administração;
- b) por acordo das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido:

- 17.1. Unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93;
- 17.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação;
- 17.3. Judicialmente, nos termos da legislação processual.

17.4. No caso de rescisão contratual, devidamente justificada nos autos do Processo, terá o **Contratante** no prazo de 05 (cinco dias) úteis, contados da notificação, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FORÇA MAIOR

18.1. Entende-se por motivo de "caso fortuito" ou "força maior": acontecimento excepcionais, imprevisíveis à juízo de autoridade Pública, que fujam ao controle razoável de qualquer parte interessada que, mesmo agindo diligentemente, não consiga impedir sua ocorrência.

18.2. O termo "força maior" também deve incluir qualquer atraso causado por legislação ou regulamentação, por ação ou omissão do **Contratante** que venha ocasionar atrasos à **Contratada**.

18.3. Se a **Contratada** ficar temporariamente impossibilitada total ou parcialmente, por motivos de "força maior", de cumprir os deveres e responsabilidades relativos ao seu trabalho, deverá comunicar imediatamente a existência desses motivos de "Força Maior" ao **Contratante**. Enquanto perdurarem os motivos de "força maior", cessarão seus deveres e responsabilidades relativas à sua execução, ficando também suspensos os pagamentos devidos pelo **Contratante**.

18.4. O tempo especificado pelo Contrato para execução da obra deverá ser estendido por igual período que seja necessário para compensar o tempo de interrupção causado pelo motivo de Força Maior. Qualquer dúvida com respeito a esta extensão de prazo será devidamente acertada por concordância mútua, entre o **Contratante** e a **Contratada**, visando encontrar a melhor solução para ambas as partes. Se o impedimento causado por motivo de "caso fortuito" ou "força maior" estender-se por prazo superior ao estabelecido em Lei, impossibilitando o cumprimento do Contrato, o **Contratante** poderá rescindi-lo no todo ou em parte, mediante notificação por escrito à **Contratada**, resguardados o direito ao contraditório e ampla defesa, no prazo de 02 (dois) dias úteis;

18.5. O comunicado sobre "força maior" será julgado ao recebimento deste, referente à aceitação do fato como "força maior" ou não, podendo a **Contratante** contestar em fase ulterior a veracidade da ocorrência real.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A **Contratada** terá que apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato ou junto com a primeira fatura, os seguintes elementos:

- a) prova de ter registrado o Contrato e projetos junto ao CREA, bem como cópia de guia da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), do Estado do Pará.



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

b) relação dos nomes e registro dos profissionais especializados em segurança do trabalho/SESMT, que acompanharão a obra.

c) relação dos fornecedores e empresas que fornecerem no Contrato, material, equipamentos e bens necessários à execução da obra.

19.2. A direção dos serviços contratados cabe exclusivamente à **Contratada** que se obriga a obedecer às normas e especificações da ABNT e às indicações previstas no instrumento convocatório do **Pregão nº 009/2009-MP/PA**.

19.3. Nos casos omissos, aplicam-se as disposições da Lei nº. 8.666/93, com as alterações da Lei nº. 8.883, de 08.06.94, legislações específicas de obras e engenharia etc. e demais legislações do Direito Público e Privado que subsidiarem o presente instrumento, bem como as regras estabelecidas no **Pregão nº 009/2009-MP/PA**, que antecede ao presente Instrumento.

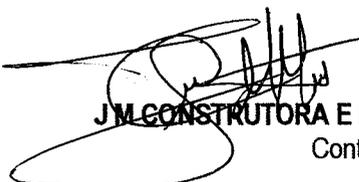
CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

A interpretação e execução deste Contrato serão regidas pelas leis brasileiras perante a Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Belém, onde serão dirimidas todas as controvérsias oriundas deste Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e para um único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presente, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Belém-Pa, 09 de setembro de 2009.


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Contratante


JM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Contratada

Testemunhas:

1. Bruno Lima de Freitas
RG nº. 4214451 88 P/PA

2. Rubens Fernandes Roche
RG nº. 7860005 -SSP/PA.

SERVIÇOS FREQUENTES - REGISTRO DE PREÇOS

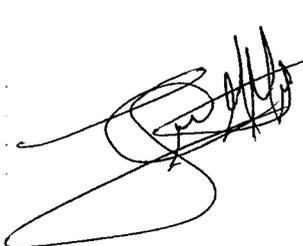
REGIÕES ADMINISTRATIVAS: BELÉM I, BELÉM II, NORDESTE I E NORDESTE II

TERCEIRA ORDEM DE SERVIÇO - MP ANANINDEUA, SEFA, ESTACIONAMENTO DO MP E ALMIRANTE BARROSO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANT.	PR. UNIT	PR. TOTAL
1	SERVICOS PRELIMINARES:				
1.1	Limpeza de terreno.	m ²	160,15	R\$ 0,51	R\$ 81,68
1.2	Demolição de revestimento/piso cerâmico.	m ²	33,95	R\$ 2,53	R\$ 85,89
TOTAL DO ITEM: 1					R\$ 167,57
2	PAVIMENTAÇÃO:				
2.1	Pavimentação em lajotas cerâmicas esmaltadas, PI V, tipo especial, (peças 40x40 cm), com rejunte.	m ²	0,00	R\$ 50,15	R\$ -
2.2	Calçada/cimentado, inclusive alicerce, baldrame e concreto com junta seca.	m ²	43,01	R\$ 18,73	R\$ 805,58
TOTAL DO ITEM: 2					R\$ 805,58
3	COBERTURA:				
3.1	Recuperação de telhado, com retirada de goteiras, reposição de telhas quebradas ou ausentes e reparos na estrutura (telhas cerâmicas e estrutura de madeira de lei).	m ²	45,00	R\$ 23,75	R\$ 1.068,75
TOTAL DO ITEM: 3					R\$ 1.068,75
4	PINTURA :				
4.1	Acrílica fosca, interna/externa, com massa e selador.	m ²	135,45	R\$ 10,36	R\$ 1.403,26
4.2	PVA sobre teto, com massa e selador.	m ²	49,97	R\$ 6,00	R\$ 299,82
4.3	Esmalte sintético.	m ²	118,63	R\$ 9,00	R\$ 1.067,67
4.4	Verniz sobre esquadria.	m ²	14,50	R\$ 8,22	R\$ 119,19
TOTAL DO ITEM: 4					R\$ 2.889,94
5	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, DE LÓGICA E DE TELEFONE:				
5.1	Ponto de luz/força inclusive caixas fiação e tubulação.	un	7,00	R\$ 80,55	R\$ 563,85
5.2	Ponto elétrico 2P+T, para computador com caixas, cabos e tomada.	un	0,00	R\$ 161,20	R\$ -
5.3	Ponto elétrico 2P+T, para ar condicionado, com caixas, cabos, conjunto airstop, disjuntor e tomada.	un	0,00	R\$ 264,26	R\$ -
5.4	Ponto de lógica, com caixas, cabos e tomada, devidamente certificado.	un	0,00	R\$ 176,43	R\$ -
5.5	Luminária fluorescente 2x40W, completa, com aletas.	un	0,00	R\$ 185,99	R\$ -
5.6	Luminária fluorescente 2x20W, completa, com aletas.	un	0,00	R\$ 171,97	R\$ -
5.7	Ponto de telefone, com caixas, fiação e tomada.	un	0,00	R\$ 56,55	R\$ -
5.8	Tomada universal 10A - 250 V.	un	0,00	R\$ 12,57	R\$ -
5.9	Interruptor simples 1 tecla.	un	0,00	R\$ 6,48	R\$ -
TOTAL DO ITEM: 5					R\$ 563,85
6	INSTALAÇÕES E APARELHOS HIDRO-SANITÁRIOS:				
6.1	Ponto de água, com tubulação e conexões.	un	0,00	R\$ 165,99	R\$ -
6.2	Ponto de esgoto, com tubulação e conexões.	un	0,00	R\$ 175,11	R\$ -
6.3	Lavatório em louça, branco, marca Deca, modelo Vogue Plus ou similar, com coluna, engate cromado, válvula em metal cromado e torneira em metal metal cromado (Deca C50 ou similar).	un	0,00	R\$ 278,93	R\$ -
6.4	Ducha higiênica, marca fabrimar ou Deca, com engate e registro cromados.	un	0,00	R\$ 105,68	R\$ -
6.5	Vaso sanitário em louça, branco, marca Deca, modelo Vogue Plus ou similar, com caixa acoplada, assento almofadado e engate cromados.	un	0,00	R\$ 298,86	R\$ -
TOTAL DO ITEM: 6					R\$ -

[Handwritten signatures and initials]

7	PAREDES E PAINÉIS:					
7.1	Alvenaria de tijolos cerâmicos, à cutelo, chapiscada e rebocada, nas duas faces.	m ²	0,00	R\$ 47,15	R\$ -	
7.2	Divisória tipo Eucatex, padrão luxo.	m ²	13,00	R\$ 68,24	R\$ 887,12	
7.3	Divisória tipo Eucatex, standard.	m ²	0,00	R\$ 54,93	R\$ -	
7.4	Desmontagem e remontagem de divisória tipo Eucatex, com aproveitamento do material.	m ²	23,00	R\$ 11,01	R\$ 253,23	
7.5	Parede em gesso acartonado, de 7,5 cm de espessura.	m ²	0,00	R\$ 60,06	R\$ -	
7.6	Parede em gesso acartonado, de 9 cm de espessura, com manta de fibra mineral interna, para isolamento termo-acústico.	m ²	0,00	R\$ 78,81	R\$ -	
7.7	Instalação de painel de vidro (4 mm) em divisória tipo Eucatex.	m ²	5,02	R\$ 86,59	R\$ 434,68	
TOTAL DO ITEM 7					R\$ 1.575,03	
8	ESQUADRIAS E SERRALHERIA:					
8.1	Grade em perfil de aço (7/8").	m ²	17,18	R\$ 227,68	R\$ 3.911,54	
8.2	Porta de divisória, 80 x 210 cm, tipo eucatex, completa, com dobradiças e fechadura.	un	0,00	R\$ 173,25	R\$ -	
8.3	Porta, 80 x 210, tipo eucatex, completa, com caixilho, aduela e alizar em madeira de lei, dobradiças e fechadura.	un	0,00	R\$ 275,91	R\$ -	
TOTAL DO ITEM 8						
9	FORROS E TETOS:					
9.1	Forro de gesso acartonado, estruturado.	m ²	0,00	R\$ 48,01	R\$ -	
9.2	Forro de lambris de PVC, com entarugamento metálico.	m ²	0,00	R\$ 28,05	R\$ -	
9.3	Forro de lambris de madeira de lei.	m ²	0,00	R\$ 65,68	R\$ -	
9.4	Laje premoldada de forro, estruturada.	m ²	20,00	R\$ 63,51	R\$ 1.270,20	
TOTAL DO ITEM 9					R\$ 1.270,20	
10	LIMPEZA GERAL:					
10.1	Limpeza geral com remoção de entulho.	m ²	204,83	R\$ 3,00	R\$ 614,49	
TOTAL GERAL					R\$ 12.866,95	





ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 27145
 Órgão: MINISTÉRIO PÚBLICO
 Modalidade de Admissão: Comissionado
 Ato: 040/2009
 Data de Admissão: 09/09/2009
 Nome do Servidor Cargo do Servidor
 Observação
 SUSANA MARIA XAVIER DE MENDONÇA ASSESSOR
 ESPECIALIZADO DE APOIO TÉCNICO-OPERACIONAL JUDICIAL
 MP.CPCP-102.4
 Ordenador: GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 27207
PORTARIA: 22782009
 Período: 11/09/2009 a 11/09/2009
 Diárias: 0.5
 Origem: ABAETETUBA/PA
 Destino(s): MOJU/PA
 Objetivo: A FIM DE DESEMPENHAR SUAS ATRIBUIÇÕES NAQUELE MUNICÍPIO.
 Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI ESTADUAL Nº 5.810/1994.
 Servidor(es): 999969/OZENILDO BAIÁ DE SARGES (AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS)
 Ordenador: ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 27291
EDITAL 022/2009-CSMP
 O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto nos artigos 62 e 63, da Lei Federal nº 8.625/93, c/c o artigo 88, § 1º e artigo 98, caput, da Lei Complementar nº 057/2006, FAZ SABER, aos Promotores de Justiça de 1ª Entrância, que se encontram abertas, pelo prazo de 10 (dez) dias, as inscrições ao CONCURSO DE PROMOÇÃO para preenchimento do cargo na Promotoria de Justiça abaixo indicada:

2ª ENTRÂNCIA
PROMOÇÃO - 01 VAGA *

Nº	CARGO	CRITÉRIO
01	2º PJ DE ALENQUER	MERECIMENTO

Belém-Pa, 10 de setembro de 2009.
 ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO
 Procurador-Geral de Justiça, em exercício.
 Presidente do Conselho Superior
 * Ressalva-se que a vaga está sendo disponibilizada simultaneamente para promoção e remoção e, em havendo interessado à remoção, o certame de promoção ficará prejudicado, nos termos da Súmula nº 002/2007/MP/CSMP, de 30.01.2007.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 27293
EDITAL 023/2009-CSMP
 O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto nos artigos 62 e 63, da Lei Federal nº 8.625/93, c/c o artigo 88, § 1º e artigo 98, caput, da Lei Complementar nº 057/2006, FAZ SABER aos Promotores de Justiça de 1ª Entrância, que se encontram abertas, pelo prazo de 10 (dez) dias, as inscrições ao CONCURSO DE REMOÇÃO para preenchimento dos cargos nas Promotorias de Justiça abaixo indicada:

1ª ENTRÂNCIA
REMOÇÃO - 04 VAGAS

Nº	CARGO	CRITÉRIO
01	PJ DE GARRAFÃO DO NORTE	MERECIMENTO
02	PJ DE CAPITÃO POÇO	ANTIGUIDADE
03	PJ DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAJA	MERECIMENTO
04	PJ DE BONITO	ANTIGUIDADE

Belém-Pa, 10 de setembro de 2009.
 ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO
 Procurador-Geral de Justiça, em exercício.
 Presidente do Conselho Superior

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 27288
EDITAL 021/2009-CSMP
 O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto nos artigos 62 e 63, da Lei Federal nº 8.625/93, c/c o artigo 88, § 1º e artigo 98, caput, da Lei Complementar nº 057/2006, FAZ SABER aos Promotores de Justiça de 2ª Entrância, que se encontram abertas, pelo prazo de 10 (dez) dias, as inscrições ao CONCURSO DE REMOÇÃO para preenchimento do cargo na Promotoria de Justiça abaixo indicada:

2ª ENTRÂNCIA
REMOÇÃO - 01 VAGA *

Nº	CARGO	CRITÉRIO
01	2º PJ DE ALENQUER	MERECIMENTO

Belém-Pa, 10 de setembro de 2009.
 ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO
 Procurador-Geral de Justiça, em exercício.
 Presidente do Conselho Superior
 * Ressalva-se que a vaga está sendo disponibilizada simultaneamente para promoção e remoção e, em havendo interessado à remoção, o certame de promoção ficará prejudicado, nos termos da Súmula nº 002/2007/MP/CSMP, de 30.01.2007.

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 27022
PORTARIA: 22692009
 Período: 02/09/2009 a 02/09/2009
 Diárias: 0.5
 Origem: CAPANEMA/PA
 Destino(s): SANTA LUZIA/PA
 Objetivo: A FIM DE CONDUZIR A PROMOTORA DE JUSTIÇA ADRIANA PASSOS FERREIRA.
 Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI ESTADUAL Nº 5.810/1994.
 Servidor(es): 9991131/ERICSON NASCIMENTO DA SILVA (MOTORISTA)
 Ordenador: ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 27024
PORTARIA: 22772009
 Período: 11/09/2009 a 11/09/2009
 Diárias: 0.5
 Origem: ABAETETUBA/PA
 Destino(s): MOJU/PA
 Objetivo: A FIM DE DESEMPENHAR SUAS ATRIBUIÇÕES NAQUELE MUNICÍPIO.
 Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI ESTADUAL Nº 5.810/1994.
 Servidor(es): 9991488/GELSON DOS SANTOS FEIO (AUXILIAR DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO)
 Ordenador: ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

PROMOÇÃO SERVIDORES
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 27140
PORTARIA Nº 3116/2009-MP/PGJ
 O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais
 CONSIDERANDO o disposto no art. 36 da Lei Estadual nº 5.810, de 24.01.1994 e os termos dos arts. 11 e 15, da Resolução nº 014/2003, de 18.11.2003, do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, publicada no DOE de 20.11.2003;
R E S O L V E:
 I - PROMOVER, pelo critério de antiguidade, à referência imediatamente superior da respectiva carreira, observados os parâmetros para progressão horizontal e vertical (classe/nível) estabelecidos no Plano de Classificação de Cargos dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará, os servidores estáveis relacionados abaixo:

Nº	NOME	REF. ATUAL	REF. PROM.	CARGO
1	MÁRCIO ROBERTO SOUZA DAMASCENO	AOA-A-V	AOA-B-I	OF. SERV. AUXILIARES
2	RAIMUNDO AFRONSO RAUL PEREIRA	AOA-A-V	AOA-B-I	OF. SERV. AUXILIARES
3	AMARALDO DA SILVA OLIVEIRA	AOA-B-II	AOA-B-III	MOTORISTA
5	GERMANO MORAES DE CARVALHO	AOA-B-II	AOA-B-III	MOTORISTA
6	MANOEL AGURNALDO SILVA TOCANTINS	AOA-B-III	AOA-B-IV	MOTORISTA
7	MANOEL DOS SANTOS MENZES	AOA-B-III	AOA-B-IV	MOTORISTA
8	SILVIO MONATO COELHO DA SILVA	AOA-A-V	AOA-B-I	MOTORISTA

II - O servidor efetivo que estiver no exercício de cargo de provimento em comissão neste Órgão Ministerial, e que tenha optado pela percepção da remuneração do respectivo cargo comissionado, será promovido, entretanto, o pagamento a esse título somente se efetivará por ocasião do retorno ao exercício do cargo efetivo, nos termos do art. 38 da Lei Estadual nº 5.810, de 24.01.1994.
 III - Ao servidor aposentado, que faria jus à promoção quando estava em efetivo exercício, será resguardado o direito no

respectivo período, independente de requerimento, conforme o disposto no art. 115 da Lei Estadual nº 5.810, de 24.01.1994;
 IV - Aplica-se o disposto no item anterior aos casos de pensões.
 V - O servidor exonerado que estiver em situação similar à tratada no item III, deverá requerer ao Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Técnico-Administrativa do Ministério Público o pagamento das importâncias retroativas ao período em que se encontrava no efetivo exercício do cargo, a partir do momento em que esta providência for adotada, nos termos do item VI, para os demais servidores ainda em atividade neste Órgão Ministerial;
 VI - Os efeitos decorrentes deste ato retroagem ao mês em que os servidores, individualmente considerados, passaram a fazer jus às respectivas promoções, ficando parcelado o pagamento das diferenças pecuniárias apuradas, condicionado à disponibilidade orçamentária/financeira do Órgão.
 VII - Ficam resguardadas as vantagens pecuniárias aos pensionistas de servidores falecidos e que preencheram os requisitos à promoção após a data-base individualmente considerada, nos termos da alínea "d", do inciso II, do art. 160, da Lei Estadual nº 5.810, de 24.01.1994.
PÚBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 17 de agosto de 2009.
GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
 Procurador-Geral de Justiça

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 27141
 Termo Aditivo: 2
 Data de Assinatura: 09/09/2009
 Valor: 1.283,60
 Justificativa: Acréscimo de valor
 Contrato: 45/2008
 Orçamento:
 Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
 Origem do Recurso
 03122123745070000 339039 0101000000
 Estadual
 Contratado: CATA VENTO REFRIGERAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS
 Endereço: Travessa Chaco - de 210/211 a 1584/1585, Bairro: Pedreira, 1336
 CEP. 66085-080 - Belém/PA
 Telefone: 9132461562
 Ordenador: GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 27089
 Contrato: 52/2009
 Objeto: Serviços de manutenção e reforma dos imóveis do Ministério Público localizados nas seguintes Regiões Administrativas: Belém I, Belém II, Nordeste I e Nordeste II (Lote 1).
 Valor Total: 12.866,95
 Data Assinatura: 09/09/2009
 Vigência: 10/09/2009 a 08/11/2009
 Pregão Presencial: 9/2009
 Orçamento:
 Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
 Origem do Recurso
 03122123745070000 449039 0101000000 Estadual
 Contratado: J M CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
 Endereço: Avenida Senador Lemos - até 1172/1173, 443
 CEP. 66050-000 - Belém/PA Complemento: Edifício Village
 Executivo, sala 1106
 Telefone: 9132128330
 Ordenador: GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

ÓRGÃOS



INSTITUTO DE ARTES DO PARÁ

RESUMO DE PORTARIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 27220
PORTARIA Nº 102/2009-IAP, DE 31/08/2009- FÉRIAS
 Nome: FELIPE ALVES DOS SANTOS
 Cargo: Agente de assuntos Culturais
 Id. Funcional: 54182267/1
 PA.: 10/11/08 a 09/11/09 P. Gozo: 10/11/09 a 09/12/09.
 Nome: CLELIA MARIA COSTA DE OLIVEIRA
 Cargo: Técnico C
 Id. Funcional: 3158764/1
 PA.: 13/06/08 a 12/06/09 P. Gozo: 07/12/09 a 05/01/10.
 Nome: IRENICE DA SILVA GONÇALVES
 Cargo: Economista
 Id. Funcional: 6320074/1
 PA.: 01/09/08 a 31/08/09 P. Gozo: 28/12/09 a 26/01/10.
 Nome: ANA CLAUDIA PINHEIRO GONSAGA
 Cargo: Assessor
 Id. Funcional: 715921/1
 PA.: 01/02/08 a 31/01/09 P. Gozo: 03/11/09 a 02/12/09.

ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 052/2009-
MP/PA, QUE FAZEM ENTRE SI O MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA J M
CONSTRUTORA E INCORPORADORA.

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato nº. 052/2009, que entre si fazem o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, com sede nesta Cidade à Rua João Diogo nº. 100, bairro da Cidade Velha, inscrito no CGC/MF sob o nº. 05.054.960/0001-58, neste ato representado por seu Exmº. Sr. Dr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. **GERALDO DE MENDONÇA ROCHA**, brasileiro, portador do CPF/MF nº. 055.383.782-68 e CI 060 - MP/PA, residente e domiciliado nesta cidade, e a Empresa **J M CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.087.093/0001-03, com sede nesta Cidade, à Avenida Senador Lemos, nº 443, Edifício Village Executive, sala 1106, no bairro do Umarizal, CEP 66050-000, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **JONES MENDONÇA MORAES**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador do CIC/MF nº 568.181.812-87 e CI nº 2354120 SSP/PA, residente e domiciliado nesta cidade, têm entre si, justas as cláusulas e condições seguintes, objeto do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato Original, que trata dos Prazos.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Original por mais **60 (sessenta dias)** a contar de 09.11.2009.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para atender as despesas oriundas do presente aditivo o Ministério Público valer-se-á de recursos oriundos da seguinte função programática:

Atividade: 12101.03.122.1237.4507 – Melhoramentos de Unidades do Ministério Público.

Elemento de Despesa: 4490.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte: 01 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA QUARTA

Permanecem inalteradas e ficam por este Termo ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato Original, não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Belém, 06 de novembro de 2009.


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Contratante


J M CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Contratada

Testemunhas:

1-  2-
RG nº: 2860005 - SSP/PA RG nº:



DIÁRIO OFICIAL Nº. 31544 de 13/11/2009

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Termo Aditivo a Contrato

Número de Publicação: 42839

Termo Aditivo: 1

Data de Assinatura: 06/11/2009

Justificativa: Prorrogação de prazo de vigência

Contrato: 52/2009

Orçamento:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte do Recurso	Origem do Recurso
03122123745070000	449039	0101000000	Estadual

Contratado: J M CONSTRUTORA E INCORPORADORA

Endereço: Avenida Senador Lemos - até 1172/1173, Bairro: Umarizal, 443

CEP. 66050-000 - Belém/PA

Complemento: Ed. Village Executive

Telefone: 9132128330

Ordenador: GERALDO DE MENDONÇA ROCHA